



POLÍTICA PÚBLICA DE EMPREGABILIDADE DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: DIAGNÓSTICO DO CENÁRIO NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TOCANTINS (2024-2025)

Alessandra Kelly Fonseca Dantas – UFT
Paulo Sérgio Gomes Soares – UFT

Grupo de Trabalho: GT 9 – Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Interseccionalidade

RESUMO:

O presente estudo, vinculado ao Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH/UFT/ESMAT), aborda a intersecção crítica entre violência doméstica e familiar contra a mulher e a autonomia econômica. O objetivo geral consiste em diagnosticar a implementação e o acompanhamento da política pública de ação afirmativa de empregabilidade do Ministério Público do Tocantins (MPTO), materializada no Projeto "Dona de Si" (Ato PGJ n. 077/2024), no período 2024-2025. A premissa teórica é que a violência é estrutural, sustentada pela tríade patriarcado, racismo e capitalismo (Saffioti, 1995), e que a libertação requer empoderamento interseccional (hooks, 2017). A pesquisa questiona como esta política está sendo implementada e acompanhada, e qual o processo de identificação, encaminhamento e articulação com a rede de parcerias interinstitucionais. A metodologia é qualitativa, exploratório-descritiva, com design de estudo de caso, além de análise documental (legislação, processos), entrevistas semiestruturadas com gestores (MPTO) e parceiros (Sistema de Justiça e rede de apoio), e grupo focal com as mulheres beneficiadas, analisando os dados sob a ótica da interseccionalidade. Como principal contribuição prática, a pesquisa propõe a criação e adoção do Protocolo Digital de Elegibilidade (PDE) – Módulo de Ação Afirmativa no sistema E-Proc do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO). O PDE visa à integração direta entre o Sistema de Justiça (TJ/Polícia Civil/MP) e a política de empregabilidade do MPTO, com campos de preenchimento obrigatório nos processos criminais ou inquéritos policiais. Isso permitirá que a autoridade competente (Juiz, Promotor ou Autoridade Policial) registre formalmente o atendimento aos requisitos da política no próprio processo. Desse modo, otimiza-se a etapa de qualificação e certificação das mulheres em situação de violência, contribuindo para a efetivação dos Direitos Humanos das mulheres tocaninenses.

Palavras-chave: Violência de gênero; empregabilidade feminina; ação afirmativa, tecnologia social.



1. INTRODUÇÃO

A violência doméstica e familiar contra a mulher é uma grave violação dos Direitos Humanos e reflete uma desigualdade estrutural de gênero. No Brasil (2006), a Lei Maria da Penha impõe ao Estado o dever de criar políticas públicas integradas para a assistência e o empoderamento feminino. Reconhece-se que a dependência econômica é um dos pilares centrais que sustentam o ciclo de violência, tornando cruciais as medidas que visem à autonomia financeira.

Nesse panorama, insere-se o objeto deste estudo: a política pública de empregabilidade implementada pelo MPTO, por meio do Projeto "Dona de Si". A iniciativa materializa-se na reserva de vagas em contratações de serviços terceirizados para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar. A pesquisa parte do seguinte enfrentamento: Como a política pública de empregabilidade das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, implementada pelo MPTO, pode ser diagnosticada e aperfeiçoada para garantir a efetividade dos Direitos Humanos das mulheres tocantinenses, sob a perspectiva da interseccionalidade e do empoderamento? Trata-se de uma política inovadora, cuja análise demonstra o papel proativo do MPTO no cumprimento de tratados internacionais (Convenção de Belém do Pará) e do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº. 5 da ONU. O objetivo geral é, portanto, realizar o diagnóstico da implementação e acompanhamento do Projeto "Dona de Si", visando ao aperfeiçoamento teórico e prático na promoção dos Direitos Humanos das mulheres no Tocantins.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica transcende a esfera individual da violência, compreendendo-a como um fenômeno estrutural. O arcabouço articula o feminismo materialista de Heleieth Saffioti e o feminismo interseccional de Bell Hooks, dialogando diretamente com a proposta do GT 9 de analisar marcadores estruturantes de gênero, raça e classe.



Heleieth Saffioti (1995) demonstra que a organização social que sustenta a desigualdade se baseia na simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo. A violência de gênero, nesse sentido, não é isolada da exploração de classe ou da opressão racial. Saffioti (1995) argumenta que o objetivo da violência não é o corpo em si, mas "dobrar a consciência da vítima", usando o corpo como mediação no jogo de poder. A política de inclusão laboral investigada atua diretamente na ruptura de uma das principais amarras desse sistema: a dependência econômica, frequentemente pilar de sustentação do ciclo de violência.

Bell hooks (2019) aprofunda a crítica estrutural ao centralizar a raça, discutindo como a experiência de mulheres negras foi historicamente silenciada pela combinação de sexismo e racismo. Para hooks (2018), o feminismo é um movimento político para acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão, de forma que se justifica que instituições, como o Ministério Público, promovam ações afirmativas como prática social concreta. A inclusão laboral é aqui compreendida como um ato de empoderamento. Conforme hooks (2017), a educação é uma prática da liberdade. A política do MPTO, nessa perspectiva, pode ser lida como um espaço que oferece às mulheres os meios para uma existência com dignidade, permitindo-lhes transgredir as limitações impostas pelo ciclo de violência e dependência.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com fins exploratório-descritivos. É exploratória (dada a recente implementação da política) e descritiva (ao buscar detalhar mecanismos, fluxos e efetividade). O design é o estudo de caso, centrado no Projeto "Dona de Si" no MPTO. A investigação possui caráter participante, pois nasce das vivências da pesquisadora na Equipe de Planejamento das Contratações Públicas (Eplacon) do MPTO.

Os procedimentos de coleta (previstos para janeiro-fevereiro de 2026) envolvem três frentes:



a) Análise documental: arcabouço normativo (Resolução CNMP n. 264/2023 e Ato PGJ n. 077/2024) e processos de contratação que aplicaram a reserva de vagas (Sistema Sei).

b) Entrevistas Semiestruturadas: Gestores internos (MPTO/Nugen) e atores da rede de parcerias (Casa 8 de Março, Casa da Mulher Brasileira, TJTO, DPETO, SSP).

c) Grupo Focal: Mulheres beneficiadas (contratadas) e/ou que participaram do cadastro do Projeto.

A análise buscará verificar a efetividade da política, seu impacto na vida das mulheres e a aplicação da interseccionalidade (gênero, raça, classe) nos critérios de inclusão.

4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

Sendo uma pesquisa em desenvolvimento (coleta em 2026), esta seção apresenta os desfechos esperados. A análise documental fornecerá o marco formal da política, os mecanismos de gestão (Nugen/Eplacon) e os dados quantitativos de vagas reservadas e preenchidas.

A pesquisa de campo avaliará a política em sua realidade prática. Espera-se mapear o fluxo processual real de identificação e encaminhamento, apontando as dificuldades e os gargalos. Almeja-se verificar o funcionamento das parcerias institucionais e aferir a percepção qualitativa das mulheres sobre o impacto da política em suas vidas. A integração dos dados documentais e de campo culminará em um diagnóstico completo da implementação do Projeto "Dona de Si", apontando boas práticas e áreas críticas para aprimoramento, visando ao aperfeiçoamento teórico-prático dos Direitos Humanos das mulheres no Tocantins.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa visa ultrapassar a simples verificação normativa, analisando a efetividade prática de uma política pública de ação afirmativa no Sistema de Justiça. A principal contribuição e produto final do Mestrado



Profissional será a proposição de um Protocolo Digital de Elegibilidade (PDE) – Módulo de Ação Afirmativa no E-Proc, visando à integração entre o Sistema de Justiça (TJ/Polícia Civil/MP) e a política de empregabilidade do MPTO.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1 de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Brasília, DF, 02 ago. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha).

BRASIL. Ato PGJ nº 0077/2024, de 21 de agosto de 2024. Institui, no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins, o programa de contratação de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar. Palmas, TO, 21 ago. 2024. p. 1-4. Disponível em:

https://mpto.mp.br/pgj/atos-e-normas?area=pgj&number=77&year=2024&doc_type=1&keyword=. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Resolução nº 264, de 3 de julho de 2023. Estabelece parâmetros gerais para a contratação de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar no âmbito dos ramos e das unidades do

Ministério Público. Brasília, DF, 3 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/2021/Resoluo-264-2023.pdf> Acesso em: 23 out. 2025 .

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HOOKS, Bell. **E eu não sou eu uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. Trad. Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2018.

Organização das Nações Unidas (org.). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/279573-sobre-onu>. Acesso em: 07 out. 2025 .

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. B; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.